

O FETICHISMO DA MERCADORIA COMO PRINCÍPIO DE REALIDADE E A EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA DOS SENTIDOS¹

Samuel Nobre Lopes*, Aduino Lopes da Silva Filho**

RESUMO

O texto objetiva apresentar uma discussão acerca do fetichismo da mercadoria como princípio de realidade, que tem a sua base no princípio de desempenho materializado na sociedade aquisitiva e antagônica do modo de produção capitalista. Tal discussão baseia-se no pensamento de Karl Marx acerca do trabalho alienado expresso no fetichismo da mercadoria e de Herbert Marcuse acerca do princípio de desempenho como expressão do princípio de realidade. Defendendo a superação desse estado de coisas, as considerações finais apontam para a necessidade de uma educação emancipatória dos sentidos como pedra angular para a emancipação da consciência, a fim de envolver a totalidade da existência humana direcionada para uma sociedade qualitativamente diferente da atual.

Palavras-chave: fetichismo da mercadoria; trabalho alienado; princípio de desempenho; emancipação dos sentidos.

COMMODITY FETISHISM AS A REALITY PRINCIPLE AND THE EMANCIPATORY EDUCATION OF THE SENSES

ABSTRACT

This article aims to present a discussion on commodity fetishism as a reality principle, which is based on the performance principle materialized in capitalism's antagonistic acquisitive society. This discussion is led by Karl Marx's thoughts about alienated work expressed on commodity fetishism and Herbert Marcuse's thoughts about the performance principle as an expression of the reality principle. Advocating

¹ Texto, com pequenas reformulações, publicado em SILVA FILHO, Aduino Lopes *et al.* (org.). **Ontologia, trabalho e formação humana**. Curitiba: CRV, 2017. p. 37-45.

* Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), graduado em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Membro Pesquisador do Grupo de Pesquisa *Teoria crítica, filosofia e educação*. ORCID: 0000-0002-0457-4445. Correio eletrônico: samuelsnl32@gmail.com

** Professor doutor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia e em Educação, ambos da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e licenciado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia de Fortaleza (FAFIFOR). Coordenador e líder do Grupo de Pesquisa *Teoria crítica, filosofia e educação* desde 2009. ORCID: 0000-0001-9061-840X. Correio eletrônico: adaufilosophia@gmail.com

the overcoming of this situation, the final considerations point out the necessity of an emancipatory education of the senses as a cornerstone for consciousness emancipation. This way, human existence in its totality is involved, leading to a qualitatively different society.

Keywords: *commodity fetishism; alienated labor; performance principle; sense emancipation.*

EL FETICHISMO DE LA MERCANCÍA COMO PRINCIPIO DE REALIDAD Y LA EDUCACIÓN EMANCIPATORIA DE LOS SENTIDOS

RESUMEN

El texto busca presentar una discusión sobre el fetichismo de la mercancía como principio de realidad, que se fundamenta en el principio de actuación materializado en la sociedad adquisitiva, antagónica al modo de producción capitalista. Esta discusión se basa en el pensamiento de Karl Marx sobre el trabajo enajenado expresado en el fetichismo de la mercancía y en las ideas de Herbert Marcuse sobre el principio de rendimiento como expresión del principio de realidad. Defendiendo la superación de este estado de cosas, las consideraciones finales señalan la necesidad de una educación emancipatoria de los sentidos para la emancipación de la conciencia, a fin de involucrar así a la totalidad de la existencia humana encaminada hacia una sociedad cualitativamente distinta a la actual.

Palabras clave: *fetichismo de la mercancía; trabajo enajenado; principio de rendimiento; emancipación de los sentidos.*

1 À GUIZA DE INTRODUÇÃO: O FETICHISMO DA MERCADORIA COMO EXPRESSÃO DO TRABALHO ALIENADO NO PENSAMENTO DE MARX

O fetichismo da mercadoria, tematizado por Marx em *O capital*, é a fundamentação mais detalhada da alienação do trabalho tratada por ele nos *Manuscritos econômico-filosóficos*.

Marx analisa o caráter fetichista da mercadoria ao demonstrar o duplo aspecto do trabalho no capitalismo, que se manifesta, ao mesmo tempo, como criador de valor de uso e criador de valor de troca. O *valor de uso* diz respeito ao produto do trabalho em sentido geral, independentemente de qualquer forma de produção social; ao passo que o *valor de troca* se refere a esse mesmo produto no sentido do trabalho igual ou abstrato, próprio do sistema capitalista. Nessa dimensão, enquanto criador de valor de troca, não importa quem produziu, nem como produziu, e sim apenas o tempo social gasto na produção e a extração da mais-valia, cuja gênese consiste na força de trabalho do trabalhador.

É importante frisar que a dimensão ontológica do trabalho, enquanto criador de valor de uso, faz parte da constituição social dos homens em qualquer época

histórica. Trata-se do trabalho em geral, como categoria fundante da sociabilidade humana. Portanto, o caráter geral do trabalho não se altera pelo fato de, no capitalismo, manifestar-se como criador de valor de troca.

Apesar de não perder essa sua dimensão ontológica, o trabalho assume várias formas de acordo com o tipo de sociedade. No capitalismo, ele se manifesta predominantemente como criador de *valor de troca*, embora não deixe de ser também criador de valor de uso.

Segundo Marx (1980), essa predominância ocorre porque, na sociedade capitalista, os produtos do trabalho e o próprio trabalhador tornam-se mercadorias, transformando a sociabilidade humana, bem como o próprio homem, em coisas. Desse modo, as relações humanas passam a ser coisificadas, reificadas, pois se manifestam sob a forma social de coisas, quer dizer, as relações sociais entre as pessoas na realização dos seus trabalhos e nos complexos sociais que deles derivam não se revelam como suas próprias relações pessoais, e sim adquirem a forma enigmática da mercadoria, que passa a dominar a vida dos homens como se fosse um poder autônomo e estranho a eles. A esse respeito, Marx diz que a mercadoria é enganosa e cheia de sutilezas metafísicas. A forma da madeira, por exemplo, é modificada quando dela se faz uma mesa. No entanto, a mesa continua sendo madeira, uma coisa material, física. Como “[...] *valor de uso* não há nada de misterioso nela [...] mas logo que se apresenta como *mercadoria* a mesa se transforma numa coisa sensivelmente suprassensível.” (MARX, 1980, p. 103, grifo do autor).

Essa forma fantasmagórica da mercadoria é uma determinação dos próprios homens, mas escapa-lhe do seu controle. Fazendo uma analogia com a crença religiosa, Marx (1980, p. 104-105) diz que nela “[...] os produtos do cérebro humano parecem figuras independentes, dotadas de vida própria.” Isso também ocorre “[...] no mundo das mercadorias, com os produtos da mão humana. Chamo isto de *fetichismo* que sela os produtos do trabalho quando são produzidos como mercadorias [...]” (MARX, 1980, p. 104-105, grifo nosso). Nesse aspecto, o trabalho torna-se reificado, coisificado, porque o seu caráter social adquire a *forma-valor*, que se expressa na *troca*. Trata-se de uma propriedade aderida às coisas e que parece pertencer às coisas em si, isto é, como se pertencesse à sua própria natureza. Como os produtos do trabalho humano assumem atributos de uma coisa, então a relação social entre os produtos se transforma em relação entre coisas. Disso resulta que, ao reificar os produtos, reificam-se ou coisificam-se também os homens e sua sociabilidade. Por isso, a mercadoria é misteriosa, pois ela é como um espelho que

[...] restitui aos homens as imagens das características do seu próprio trabalho, fazendo-os parecer como características objetivas dos produtos daquele trabalho, como propriedades naturais daquelas coisas, e, portanto, restitui a imagem da relação social entre produtores e trabalho total, fazendo-o parecer uma relação social entre objetos, existente fora desses produtores. Através desse quiproquó os produtos do trabalho tornam-se mercadorias [...]. (MARX, 1980, p. 104-105).

É assim que, no sistema capitalista, os produtos do trabalho adquirem as propriedades de valor, lucro, dinheiro, salário, etc., não por serem naturais, mas

por serem componentes da mercadoria e pela necessidade de troca. Marx (1980, p. 944) critica os economistas por considerarem tais categorias econômicas como dadas, cujas leis aparecem aos homens “[...] como leis naturais, onipotentes, que os dominam, reduzindo-os à impotência, impondo-se a eles como uma cega necessidade.”

Portanto, no capitalismo, a coisificação do homem em sua sociabilidade é decorrente da predominância do lucro, da mais-valia, pois o trabalhador só existe como mercadoria. O mundo da mercadoria transforma os homens em objetos, em coisas, e o sistema de produção e distribuição de bens parece se autonomizar totalmente e comandar a vida dos homens, transformando os valores humanos em valores de troca. Marx (1980, p. 220, grifo do autor) diz que o trabalhador não interessa ao capitalista, e tampouco lhe interessa o produto do trabalho como valor de uso, porquanto o que importa, em *primeiro lugar*, é produzir um artigo destinado à venda, uma *mercadoria*; em *segundo lugar*, é produzir “[...] uma *mercadoria* cujo valor seja mais alto que a *soma dos valores das mercadorias necessárias à sua produção* [...] não quer produzir apenas um valor de uso [...] mas também mais-valia.” A mais-valia, segundo Marx, é decorrente da força de trabalho do trabalhador, que é vendida por um preço somente para produzir, desenvolver e manter os trabalhadores no processo produtivo.

Lembramos que a alienação negativa (o estranhamento) que tem origem no trabalho vai retroagir nos demais complexos sociais, resultando na coisificação do homem, não somente no trabalho, mas também nas demais esferas da sua vida, e, conseqüentemente, em sua sociabilidade. Disso resulta que o fetichismo da mercadoria incide tanto na sociedade em geral, como na vida de cada homem singular; nas suas dimensões social e individual, inclusive na sua consciência.

Em cada período histórico, “[...] a consciência do ser humano sofre modificações em função das mudanças que se operam nas condições concretas da sua existência material, em suas relações sociais [...]” (MARX; ENGELS, 1986, p. 39). Daí porque, “[...] no decorrer da história, as ideias foram se modificando em seus diversos setores: religião, moral, filosofia, política, direito, sem que estes setores deixassem, no entanto, de existir.” (MARX; ENGELS, 1986, p. 39). É nesse sentido que o fetichismo da mercadoria provoca uma consciência coisificada, reificada, que, com o capitalismo avançado, como veremos na análise de Marcuse, intensifica-se cada vez mais e torna-se o princípio da realidade.

2 MARCUSE: O TRABALHO ALIENADO COMO PRINCÍPIO DA REALIDADE

Na sua obra, *Eros e civilização*, Marcuse (1981b), falando do pensamento de Freud, diz que o princípio do prazer (no aspecto natural do homem) transforma-se em princípio de realidade (aspecto sócio-histórico do homem) e, “[...] sob o princípio da realidade, o ser humano desenvolve a função da *razão*: aprende a examinar a realidade, a distinguir entre o bem e o mau, verdadeiro e falso, útil e prejudicial.” (MARCUSE, 1981b, p. 35, grifo do autor). O princípio de realidade leva o homem a renunciar os seus prazeres momentâneos, modificando e substituindo o próprio princípio do prazer. Portanto, com o estabelecimento do princípio de realidade, “[...] o ser humano converte-se num ego organizado.” (MARCUSE, 1981b, p. 35). Aqui se encontram as faculdades de atenção, discernimento e memória,

tornando o homem “[...] um sujeito consciente, pensante, equipado para uma racionalidade que vem de fora.” (MARCUSE, 1981b, p. 35).

O princípio de realidade materializa-se num sistema de instituições, “[...] e o indivíduo, evoluindo dentro de tal sistema, aprende que os requisitos do princípio de realidade são os da lei e da ordem, e transmite-os à geração seguinte [...]” (MARCUSE, 1981b, p. 36), que vai incorporando e adaptando-se ao princípio da realidade.

Ainda citando o pensamento de Freud, Marcuse comenta que somente uma atividade mental passa a ser livre do princípio de realidade: a fantasia, “[...] que está protegida das alterações culturais e mantém-se vinculada ao princípio do prazer.” (MARCUSE, 1981b, p. 35). Portanto, em tudo o mais, o aparelho mental está ligado ao princípio de realidade, cujo caráter é sócio-histórico.

É assim que a sociedade capitalista e estratificada, a partir do princípio de realidade, vai adotar o princípio de desempenho no trabalho, que é o “[...] princípio de uma sociedade aquisitiva e antagonica no processo de constante expansão [...]” (MARCUSE, 1981b, p. 58), exercendo o controle sobre o trabalho social. Para a esmagadora maioria da população, a extensão e o modo de satisfação são determinados pelo seu próprio trabalho; mas é um trabalho para uma engrenagem que ela não controla, que funciona como um poder independente a que os indivíduos têm de se submeter se quiserem viver. “E torna-se tanto mais estranho quanto mais especializada se torna a divisão do trabalho. Os homens não vivem da sua própria vida, mas desempenham tão-só funções preestabelecidas.” (MARCUSE, 1981b, p. 58).

Podemos remeter aqui ao fetichismo da mercadoria, tematizado por Marx, a partir do momento em que o princípio de realidade é marcado pelo caráter alienado (estranhado) do trabalho. A esse respeito Marcuse (1981b, p. 58, grifo do autor) comenta que os homens “[...] enquanto trabalham, não satisfazem suas próprias necessidades e faculdades, mas trabalham em *alienação*.” Portanto, o tempo de trabalho, que ocupa a maior parte do tempo de um indivíduo, “[...] é um tempo penoso, visto que o trabalho alienado significa ausência de gratificação, negação do princípio de prazer.” (MARCUSE, 1981b, p. 58).

O trabalhador atual, por exemplo, também sofre essas determinações do princípio de realidade e do princípio de desempenho descrito por Marcuse. Podemos citar como exemplo o trabalho do professor. Ele está inserido num contexto histórico-social (princípio de realidade) e também é demarcado pelas funções estabelecidas pela engrenagem do trabalho social e capitalista (princípio de desempenho). No entanto, não se pode prescindir da dimensão afetiva que o docente tem pelo seu trabalho, a sua dedicação e esmero com os quais realiza as suas funções: o amor ao próximo e o desempenho em formar os indivíduos.

Segundo o nosso autor, e aqui remetemos ao trabalho do professor, o indivíduo pode até se sentir satisfeito e feliz no seu trabalho, mas “[...] essa felicidade ocorre fracionadamente, durante as poucas horas de lazer entre os dias ou noites de trabalho [...] Sob o domínio do princípio de desempenho, o corpo e a mente passam a ser instrumentos de trabalho alienado [...]” (MARCUSE, 1981b, p. 59), pois o seu tempo livre é pequeno, escasso e sem prazer, uma vez que o trabalho consome o seu corpo e a sua mente. Nesse sentido, o trabalhador não é visto como ser humano, ele não passa de uma mercadoria como outra qualquer. No caso do trabalho do professor, além de toda essa assertiva de Marcuse, podemos destacar ainda a necessidade de um tempo de sobretrabalho para as suas pesquisas, orien-

tações, produções e outras atividades complementares (extensão, administração, coordenação, etc.) ao trabalho docente, o que exige, numa linguagem capitalista, eficácia e rapidez, e a constante disposição para tais atividades. Tudo isso não deixa de potencializar um fetichismo não somente no trabalho docente, mas no trabalhador em geral, provocando estresses profundos e interferindo na qualidade de vida do trabalhador.

Tudo isso é decorrente do princípio de realidade do capitalismo, uma vez que ele se desenvolveu por meio do princípio de desempenho, expresso no trabalho alienado (estranhado), que se estende ao tempo livre do trabalhador. O controle do tempo livre

[...] é realizado pela própria duração do tempo de trabalho, pela rotina fatigante e mecânica do trabalho alienado, o que requer que o lazer seja um relaxamento passivo e uma recuperação de energias para o trabalho. Só quando se atingiu o mais recente estágio da civilização industrial [...] a técnica de manipulação das massas criou então uma indústria de entretenimentos a qual controla diretamente o tempo de lazer [...] (MARCUSE, 1981b, p. 60).

Em outra passagem, Marcuse (1981b, p. 98) destaca que o indivíduo vende não somente a sua força de trabalho, “[...] mas também o seu tempo livre.” Desse modo, o seu valor social “[...] é medido, primordialmente, em termos de aptidões e qualidades de adaptação padronizadas, em lugar do julgamento autônomo e da responsabilidade social.” (MARCUSE, 1981b, p. 97).

Decorre então o declínio da consciência e, com o controle da informação e da comunicação, também o conhecimento (e, da mesma forma, a formação profissional) é administrado e condicionado. “O indivíduo não sabe realmente o que se passa; a máquina esmagadora de educação e entretenimento une-o a todos os outros indivíduos num estado de anestesia do qual todas as ideias nocivas tendem a ser excluídas.” (MARCUSE, 1981b, p. 102). Essa anestesia geral torna, aparentemente, os indivíduos felizes.

Enfim, o princípio de realidade da sociedade industrial capitalista apoia e encoraja a labuta e, ao mesmo tempo, a destruição: “[...] o indivíduo paga com o sacrifício do seu tempo, de sua consciência, de seus sonhos; a civilização paga com o sacrifício de suas próprias promessas de liberdade, justiça e paz para todos.” (MARCUSE, 1981b, p. 99). É desse modo que se faz necessária a emancipação do homem e a educação dos seus sentidos, pois a eliminação do mundo alienado do trabalho requer a eliminação do bloqueio ao livre desenvolvimento das potencialidades humanas.

3 MARX E MARCUSE: A NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA DOS SENTIDOS

Para Marx, e, posteriormente, para Marcuse, o mundo do capital e, com o seu desmembramento, o mundo da tecnologia se tornam o princípio de realidade subjugando cada vez mais o indivíduo ao seu domínio, ao mesmo tempo que o desumaniza, pois, quanto mais os homens transferem os seus próprios poderes para o capitalismo, tanto mais ficam dominados e dependentes deles. Essa alie-

nação generalizada atinge toda a humanidade, como diz abaixo Marx (1989, p. 207, grifo do autor):

Cada qual procura estabelecer sobre os outros um poder *estranho*, de maneira a encontrar assim a satisfação da própria necessidade egoísta. Com a multidão dos objetos, cresce igualmente o reino das entidades estranhas a que o homem se encontra sujeito. Todo produto novo constitui uma nova *potencialidade* de mútuo engano e roubo. O homem torna-se cada vez mais pobre enquanto homem, necessita cada vez mais de *dinheiro* para se apoderar do ser hostil. O poder do seu *dinheiro* diminui em progressão inversa com a massa de produção, isto é, a sua necessidade aumenta à medida que cresce o *poder* do dinheiro.

Em decorrência do capitalismo, da propriedade privada e do dinheiro, “[...] *todos* os sentidos físicos e intelectuais foram substituídos pela simples alienação de *todos* os sentidos, pelo sentido do ter.” (MARX, 1989, p. 197, grifo do autor). Nesse aspecto, a sensibilidade humana compreende não apenas os cinco sentidos, “[...] mas também os sentidos espirituais [...] o amor, a vontade, etc.” (MARX, 1989, p. 199). É desse modo que, na sociedade capitalista, liberdade significa liberdade de vender, comprar e consumir. O homem já não tem mais noção do que sejam suas reais necessidades; até mesmo as mais elementares. O que vale agora é o comando da troca, da indústria e da máquina. De um modo bastante radical, porém parecendo estar vivendo nos dias atuais, Marx (1989, p. 209, grifo do autor) expressa a sua indignação:

A *imundice*, a corrupção e a putrefação do homem, os *esgotos* da civilização (o termo deve entender-se à letra), tornam-se o *seu elemento vital*. Já nenhum dos seus sentidos existe; quer em forma humana, quer mesmo numa forma *não humana*, numa forma animal [...] Não bastou o homem tivesse perdido as necessidades humanas; também as necessidades animais desaparecem [...] A máquina adapta-se à *fraqueza* do homem para do ser humano *fraco* fazer uma máquina.

Os sentidos do homem são o alicerce da sua ação e pensamento. O homem padronizado e petrificado pela sociedade capitalista fica com a sua sensibilidade mutilada e condicionada às suas condições reificantes. Silva Filho (2009, p. 156), falando do pensamento de Marcuse, diz que, para esse pensador, “[...] a sociedade industrial avançada intensifica essa alienação dos sentidos, pois, além do consumo supérfluo, o tempo e o trabalho livre são tomados pela indústria cultural e pela racionalidade tecnológica que penetra na consciência dos indivíduos.” Esse estado de coisas leva à necessidade da educação emancipatória dos sentidos.

Marx já havia falado sobre o potencial emancipatório dos sentidos quando estes são desenvolvidos e estimulados por orientações que proporcionem o aperfeiçoamento da existência humana, pois o ser social se constitui também pelos sentidos do homem. Diz Marx (1989, p. 196-197, grifo do autor):

O homem apropria-se do seu ser omnilateral de uma maneira omni-compreensiva, portanto, como homem total. Todas as suas relações *humanas* ao mundo - visão, audição, olfato, gosto, percepção, pensamento, observação, sensação, vontade, atividade, amor - em suma,

todos os órgãos da sua individualidade, como também os órgãos que são diretamente comunais na forma, são no seu comportamento *objetivo* ou no seu *comportamento perante o objeto* a apropriação do sobredito objeto, a apropriação da realidade *humana*. A maneira como eles reagem ao objeto é a confirmação da *realidade humana*; é a *eficiência humana* e o *sofrimento humano*.

Para Marcuse, a emancipação dos sentidos implica que os sentidos os tornam *práticos* na reconstrução da sociedade, gerando novas relações entre os homens, entre estes e a natureza, e entre eles e as coisas. “Mas os sentidos tornam-se também *fontes* de uma nova *racionalidade* [...] Liberta a racionalidade da exploração.” (MARCUSE, 1981b, p. 68, grifo do autor).

Intensificando essas considerações, Marcuse (1981a), na sua obra *Contra-revolução e revolta*, diz que a educação emancipatória dos sentidos deve acompanhar a emancipação da consciência, envolvendo assim a *totalidade* da existência humana. “Os próprios indivíduos devem mudar os seus próprios instintos e sensibilidades se quiserem construir, em associação, uma sociedade *qualitativamente diferente*.” (MARCUSE, 1981a, p. 76, grifo do autor). No entanto, a emancipação só pode ser resultado de um longo processo de educação. O nosso autor afirma ainda, na sua obra *Revolução ou reforma?*, que “[...] a evolução da consciência, do pensamento crítico, constitui uma tarefa decisiva das universidades e das escolas.” (MARCUSE, 1974, p. 26).

Para finalizar, podemos afirmar que a educação emancipatória dos sentidos implica a própria emancipação humana, requerendo um princípio de realidade na constituição da civilização humana. Para Marx, essa aquisição remete ao resgate do amor humano, pois, numa relação verdadeiramente humana, “[...] o amor só poderá permutar-se com amor, a confiança com a confiança, etc.” (MARX, 1989, p. 234). Portanto, o resgate ao amor remete à educação emancipatória dos sentidos e a um novo princípio de realidade.

Enfim, o princípio de realidade da sociedade industrial capitalista apoia e encoraja a labuta e, ao mesmo tempo, a destruição. “O indivíduo paga com o sacrifício do seu tempo, de sua consciência, de seus sonhos; a civilização paga com o sacrifício de suas próprias promessas de liberdade, justiça e paz para todos.” (MARCUSE, 1974, p. 99).

Toda essa análise de Marx e de Marcuse, de certo modo, é tomada também por Adorno (1995) ao rechaçar a alienação, que se intensificou cada vez mais na atualidade, buscando elementos para que os homens sejam esclarecidos quanto a essa situação. Para ele, é preciso revelar, através de uma teoria crítica, as mazelas do capitalismo, que foram ampliadas com o desenvolvimento da indústria e da tecnologia, transformando a Razão Humana em Razão Instrumental.

Segundo Adorno (1995), o desenvolvimento do capitalismo levou à instauração de uma indústria cultural que intensificou cada vez mais a alienação nas relações sociais e na consciência dos homens, tornando-se um forte instrumento de dominação, influenciando intensamente a formação da consciência do indivíduo. É assim que para Adorno (1995) a Razão Humana torna-se uma *Razão Instrumental*, e o fetichismo econômico, princípio de realidade da sociedade capitalista, manifesta-se com grande intensidade na formação cultural dos homens.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- MARCUSE, Herbert. *Contra-revolução e revolta*. Tradução de Álvaro Cabral. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981a.
- MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Tradução de Álvaro Cabral. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981b.
- MARCUSE, Herbert; POPPER, Karl. *Revolução ou reforma? uma confrontação*. Tradução de Anneliese Mosch F. Pinto. Lisboa: Moraes Editores, 1974.
- MARX, Karl. *Il capitale*. Traduzione di Delio Cantimori e altri. 8. ed. Roma: Riuniti, 1980. 5v.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1989.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. 6. ed. São Paulo: Global, 1986.
- SILVA FILHO, Adauto Lopes. *História, razão instrumental e educação emancipatória*. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/3360/1/2007_Tese_ALSFilho.pdf. Acesso em: 14 ago. 2021.

Recebido em: 3 set. 2021.

Aceito em: 20 nov. 2021.